

Introdução

Duas ditaduras em português

Contemporâneos da mesma década de 1930, quando parecia que o liberalismo havia abandonado a cena política na Europa e na América do Sul, os autoritarismos corporativos português e brasileiro tiveram também o mesmo nome: Estado Novo. Claro está que o “estado-novismo” brasileiro teve a curta durabilidade de oito anos. Pouco, se compararmos com os dezenove anos em que Getúlio Vargas esteve à frente do Executivo brasileiro (1930-1945 e 1951-1954) e muito mais curto ainda em relação às quatro décadas de consulados de António Oliveira Salazar (1933-1968) e Marcello Caetano (1968-1974). Mas a coincidência merece menção e a comparação também. Ao contrário da intuição comum, o método comparativo é tão produtivo a apresentar semelhanças como diferenças. Ainda mais pelo fato de que, nomenclaturas à parte, ambos os regimes praticamente estiveram à margem das análises a respeito dos demais autoritarismos contemporâneos ocorridos em ambos os continentes e mais afastados ainda de eventuais análises comparativas a respeito deles próprios.

Exceção à regra, o livro organizado por José Luiz Werneck da Silva, *O feixe e o prisma*¹, fruto de um seminário realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro não teve, entretanto, a difusão merecida. Mas também é certo dizer que o referido livro ainda era representativo de um tipo de interpretação em que as chamadas experiências corporativas periféricas nada mais eram do que reflexo dos fenômenos clássicos, em particular o italiano. Predominavam também análises onde o aparato repressivo, a arquitetura institucional e a política de propaganda funcionavam como instrumentos de dominação de um

sistema que se realizava *sobre e apesar* das sociedades portuguesa e brasileira. Eram vítimas e não partes integrantes das engrenagens que deram sustentação a tais regimes.

Pouco a pouco, a partir da segunda metade da década de 1980, outras perspectivas a respeito da formação dos corporativismos do entreguerras mereceram interpretações alternativas e inovadoras. Por um lado se procurava compreender o declínio do liberalismo como reflexo de uma situação internacional que convidava à organização política em torno de um Estado regulador e às vezes até mesmo produtor na esfera econômica. No campo político, esse tipo de Estado quase sempre considerava desprezível a democracia representativa e parlamentar. Quando podia, abdicava dela e dos partidos políticos tradicionais.²

Mas, por outro lado, as análises a respeito da situação internacional deixaram de ser exclusivas, uma vez que as especificidades de cada país e as razões que fizeram com que parcela representativa da sociedade tivesse optado pelo caminho do antiliberalismo mereceram estudos mais pormenorizados. Neste caso, trabalhos sobre Portugal³ e sobre o Brasil⁴ procuraram entender as dinâmicas internas e as razões tanto das resistências quanto das adesões à implantação do corporativismo e do antiliberalismo e foram acompanhados por uma série de novas pesquisas a respeito dos períodos de Salazar e de Vargas que romperam com a perspectiva original de que os modelos autoritários não tiveram a adesão ou mesmo a participação de segmentos amplos das sociedades a que pertenciam. Ao mesmo tempo, deram ênfase às escolhas internas dos grupos sociais organizados ou não, dentro e fora dos respectivos aparelhos estatais.

Apesar dos inequívocos avanços é verdade também o fato de que estamos nos referindo ainda a pesquisas isoladas, com pouca ou nenhuma tradição de diálogo. Assim, enquanto que nos estudos a respeito do Portugal pré-pombalino e do Brasil colonial as trocas acadêmicas sempre foram constantes e mesmo obrigatórias, o desinteresse de ambos os lados cresce na medida em que, a partir de 1822, ocorre a separação formal e o nascimento do Brasil como Estado-Nação independente.

Foram curiosamente alguns politólogos norte-americanos estudiosos do Brasil, nos anos 1970, que abriram em bases novas o estudo do Estado

Novo de Salazar, mas as comparações foram escassas. Acadêmicos como Philippe S. Schmitter, Howard Wiarda, Lawrence Graham, e Tom Bruneau, por exemplo, juntaram-se ao único historiador que ia atravessando regularmente o Atlântico nas suas investigações, Kenneth Maxwell.⁵

Realizado em abril de 2006, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, o Seminário *Salazarismo e Varguismo: duas ditaduras em comparação*, teve como um de seus objetivos começar a superar a lacuna acima indicada. Reunindo especialistas de Portugal, do Brasil e da França, o encontro procurou fazer um balanço a respeito dos sistemas antiliberais português e brasileiro entre a década de 1930 e a primeira metade da década de 1940 inserindo-os também no contexto internacional.

Dividido em cinco partes, o encontro preocupou-se em organizar mesas em que os expositores apresentaram trabalhos sobre temas afins. Na sessão, dedicada à análise das instituições, falaram os professores Jorge Ferreira, da Universidade Federal Fluminense e António Costa Pinto, da Universidade de Lisboa. Em sua exposição, *Getúlio Vargas, o povo e a Secretaria da Presidência da República*, Ferreira optou por trabalhar com uma instituição específica, a Secretaria da Presidência da República (SPR) para analisar seu funcionamento e impacto na sociedade brasileira. O papel desempenhado pela SPR era importante uma vez que era ela quem recebia as correspondências dirigidas ao Presidente da República, antes, durante e após o governo Vargas. Mas foi durante o período que interessa ao presente estudo que a secretaria recebeu um número maior de correspondências. Nas mesmas, pessoas comuns apresentavam demandas e sugestões e, conforme nos mostra Ferreira, reinterpretavam a política social getulista de acordo com seus interesses. Longe das teses tradicionais da cooptação, o que sai do artigo de Ferreira é a capacidade de interação entre a população em geral e o poder instituído. O texto apresentado por António Costa Pinto, *Salazarismo, fascismo e autoritarismo*, procura fazer um amplo balanço das instituições do Estado Novo apontado para a existência de um Estado com funcionamento muito mais complexo que as perspectivas predominantes que tenderam a ver o regime português como uma expressão empobrecida dos demais corporativismos da Europa. Procurando estabelecer um diálogo com as diversas interpretações

historiográficas, Costa Pinto ao mesmo tempo em que faz um balanço das correntes antiliberais existentes em Portugal anteriormente à realização do corporativismo procura também compreender o papel delas na máquina do Estado. Ao fim, na conclusão, procura apontar semelhanças e diferenças em relação ao fascismo apontando para a especificidade portuguesa.

A segunda parte do Colóquio foi dedicada à análise do papel dos intelectuais. Angela de Castro Gomes, da Fundação Getúlio Vargas, em seu texto *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: Intelectuais e construção do mito Vargas* apresentou, a partir da discussão das obras de Francisco Campos, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna,⁶ dois interessantes recortes. Por um lado, procurou entender os intelectuais em suas análises a respeito da necessidade de um Estado forte e centralizado em decorrência do atraso brasileiro. Na Primeira República brasileira (1889-1930) formou-se um campo intelectual em larga medida pessimista com relação às características agroexportadoras da economia combinadas com um liberalismo do qual participava um contingente muito pouco representativo do que era de fato a sociedade brasileira. Para esses intelectuais, a Revolução de 1930 foi a constituição das possibilidades reais de superação das condições vigentes no país. A democracia restrita seria substituída por uma *democracia social* muito mais ampla e inclusiva. E o Estado forte seria personificado na figura de um homem: o presidente Getúlio Vargas, responsável pela modernização do País e pela criação de um corpo legislativo que fazia com que a chamada questão social deixasse de ser um “caso de polícia” e se transformasse em um instrumento para a identidade nacional. Analisando o caso português, Goffredo Adinolfi, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, apresentou a comunicação *António Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução*. Trata-se da análise de um dos mais destacados pensadores do Estado Novo português, o jornalista António Ferro, responsável pela política de propaganda do regime. O estudo de Adinolfi mostra uma trajetória intelectual nascida no futurismo e marcada por alternâncias significativas, mas que apontam para um compromisso com a modernidade e a organização de um Estado forte e funcional. Ainda que fortemente influenciado pelos diversos autoritarismos europeus, tendo sido responsável na década de 1920 pela realização de

diversas entrevistas com líderes antiliberais, como José Antonio Primo de Rivera, Gabrielle D'Anunzio, Benito Mussolini entre outros, o pensamento de Ferro caracterizou-se por ter sido construtor de uma alternativa eminentemente portuguesa, afastando-se assim de uma característica “fascista”.⁷

A terceira mesa foi dedicada ao debate a respeito do papel da organização do trabalho nos respectivos regimes. Francisco Martinho, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, apresentou o artigo *Estado, Classes Trabalhadoras e Organização Sindical em Portugal e no Brasil*. Já preocupado com uma comparação formal entre os dois sistemas, o texto apresentado por Martinho tem por objetivo analisar tanto as formas através das quais os modelos corporativos se institucionalizaram em Portugal e no Brasil, suas semelhanças e diferenças, quanto a recepção das classes trabalhadoras à política de Estado para o trabalho. Seu artigo busca mostrar o papel da centralização e da descentralização dos organismos sindicais ao lado do controle estatal sobre eles. Neste caso, as diferenças entre os modelos português e brasileiro são significativas. Outro aspecto a ser ressaltado no texto de Martinho é a adesão das classes trabalhadoras aos projetos corporativos na medida em que estes resultaram em melhorias concretas às suas vidas.⁸ Nuno Estêvão, da Universidade de Lisboa, em *O corporativismo e as instituições do salazarismo: A Câmara Corporativa*, analisa uma instituição do Estado Novo português ainda pouco estudada. O papel da Câmara Corporativa, órgão com caráter consultivo foi durante anos relegado a segundo plano. Neste aspecto, o trabalho de Estêvão é renovador na medida em que mostra sua representatividade em segmentos importantes da sociedade portuguesa, bem como seus variados mecanismos de funcionamento e incorporação de grupos de interesse.⁹

A quarta mesa foi dedicada aos debates a respeito das ideologias católica e integralista nos regimes brasileiro e português. Giselda Brito Silva, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, apresentou estudo intitulado *A Ação Integralista Brasileira e a ditadura de Vargas*. A preocupação central de seu texto é a compreensão do papel do Integralismo na implantação da ditadura de Vargas. Neste aspecto, questões referentes à proximidade/distanciamento da Ação Integralista para com o governo são fundamentais para a interpretação apresentada por Silva. Vale ainda

ressaltar que o texto em tela analisa a ação do Integralismo no Nordeste brasileiro, ainda insuficientemente estudado.¹⁰ Maria Inácia Rezola, da Universidade Nova de Lisboa, apresentou o trabalho *A Igreja Católica e a consolidação do salazarismo*. Seu estudo procura fazer um balanço a respeito das relações entre a Igreja e o Estado Novo polemizando com as diversas correntes historiográficas que discutem o tema. Além da tensão entre um regime que usa a fé cristã como argumento e mantém uma Constituição formalmente laica, as questões referentes à Concordata de 1940 e à criação de organismos como, por exemplo, a Acção Católica Portuguesa são tratadas evitando simplificações bem como o conhecido reducionismo que identifica o Estado Novo como tendo sido um regime exclusivamente a serviço da Igreja Católica.¹¹

Por fim, a última sessão foi dedicada à análise dos aparelhos de repressão e controle dos dois regimes. Francisco Carlos Teixeira da Silva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentou estudo intitulado *Os tribunais da ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo*. Seu trabalho versa sobre o mais importante tribunal de exceção do regime do Estado Novo, seus mecanismos de coerção e as formas através das quais parcelas da sociedade dele se utilizavam evidenciando uma identificação societária que vai além dos mecanismos geradores de bem-estar social, como nos trabalhos apresentados anteriormente por Ferreira e Martinho.¹² Na mesma linha de investigação, Irene Pimentel, da Universidade Nova de Lisboa, apresentou artigo intitulado *A polícia e a justiça política nos primeiros anos do salazarismo (1933-1945)*. Seu trabalho analisa a formação da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) e sua posterior transformação em PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado). Além do inequívoco papel repressor das polícias políticas em todos os regimes caracterizados pelo arbítrio, Pimentel se preocupa também em apresentar a formatação jurídica que justifica a sua existência, apresentando para esse caso uma interessante comparação com a polícia nazista.¹³

Para encerramento do Colóquio, Didier Musiedlak, da Universidade de Paris X, apresentou importantes e instigantes problemas para a análise

comparativa dos diversos regimes ditatoriais do período entre as duas guerras mundiais.

O livro que aqui apresentamos é um passo ainda pequeno no sentido da aproximação necessária do Portugal e do Brasil contemporâneos.¹⁴ Havíamos lembrado acima que no caso dos regimes autoritários aqui analisados, de Portugal e do Brasil, a ênfase predominante foi no sentido de compará-los marginalmente com os fascismos clássicos. Avanços relativamente recentes permitiram estudos a respeito de suas peculiaridades internas que, sem desconsiderar as condicionantes internacionais, nos permitiram compreender as razões que fizeram com que em determinado momento as sociedades portuguesa e brasileira caminhassem para o antiliberalismo.

Talvez ainda haja uma outra lacuna a ser preenchida. O vasto período compreendido entre a década de 1820, quando se deu a separação formal entre os dois países, e o século XX é repleto de temas a serem investigados à luz da comparação entre Portugal e Brasil. Mas nos referimos também a questões que dizem respeito a uma necessária análise da *longa duração*. Quem sabe os estudos de História Comparada, como os que se realizam a partir do presente livro, buscando compreender semelhanças e diferenças,¹⁵ não nos façam caminhar para discussões a respeito do decisivo papel do Estado nas formações portuguesa e brasileira? Quem sabe também não possamos compreender melhor o sentido do iberismo de que nos fala Weber sem o quase sempre inevitável pessimismo que caracteriza a maioria das interpretações em torno das sociedades ibéricas em relação com as anglo-saxãs?¹⁶ São perguntas ainda sem resposta.

Os organizadores agradecem aos autores a entrega rápida das versões finais para publicação e ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa o apoio para a realização do Colóquio que deu origem a este livro.

António Costa Pinto
Francisco Carlos Palomanes Martinho
Janeiro de 2007